

EDIMUR FERREIRA DE FARIA

Prefácio

Cármem Lúcia Antunes Rocha

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO POSITIVO

9ª edição revista, atualizada e ampliada

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

© 1997 Editora Del Rey.
 1999 2ª edição
 2000 3ª edição
 2001 4ª edição
 2004 5ª edição
 2007 6ª edição
 2011 7ª edição
 © 2015 8ª edição Editora Fórum Ltda.
 2024 9ª edição

E proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prade Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
 CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
 Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F224c	Faria, Edimur Ferreira de Curso de direito administrativo positivo / Edimur Ferreira de Faria. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 836 p. 17x24 cm ISBN 978-65-5518-547-8 1. Direito administrativo. 2. Administração pública. 3. Governança pública. 4. Prova de evidência social. 5. Licitação. 6. Contrato administrativo. I. Título. CDD 342 CDU 342
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FARIA, Edimur Ferreira de. *Curso de direito administrativo positivo*. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 836 p. ISBN 978-65-5518-547-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Cármem Lúcia Antunes Rocha	21
NOTA DA 9ª EDIÇÃO	23
NOTA DA 8ª EDIÇÃO	25
NOTA DA 7ª EDIÇÃO	27
CAPÍTULO 1	
NOÇÕES DE DIREITO	
1	Origem, evolução e conceito de Direito
29	
1.1	Normas naturais
30	
1.2	Normas dos costumes
31	
1.3	Normas morais
32	
1.4	Normas técnicas
32	
1.5	Normas jurídicas
33	
2	Sistema jurídico
35	
2.1	Considerações gerais
35	
2.2	Composição do sistema jurídico brasileiro e o processo legislativo
36	
3	Direito Privado e Direito Público
37	
4	Conclusão
39	
CAPÍTULO 2	
DIREITO ADMINISTRATIVO	
1	Origem
41	
2	Evolução
44	
2.1	Direito francês
44	
2.2	Direito italiano
44	
2.3	Direito alemão
45	
2.4	Direito anglo-americano
45	
2.5	Direito Administrativo brasileiro
46	
3	Atualidade
46	
4	Conceito
49	
5	Codificação
50	
5.1	Considerações gerais
50	
5.2	Correntes
50	

6	Fontes.....	53
6.1	Lei.....	53
6.2	Jurisprudência.....	54
6.3	Doutrina.....	55
6.4	Costumes.....	56
7	Relação com outros ramos do Direito.....	56
7.1	Com o Direito Constitucional.....	56
7.2	Com o Direito Tributário.....	56
7.3	Com o Direito Eleitoral.....	57
7.4	Com o Direito do Trabalho.....	57
7.5	Com o Direito Penal.....	57
7.6	Com o Direito Civil.....	57
7.7	Com o Direito Empresarial.....	58
7.8	Com o Direito Processual Civil e Penal.....	58

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1	Noção e conceito de Estado.....	59
1.1	Antecedentes.....	59
1.2	Estado de direito – Conceito.....	60
2	Noções e conceito de Administração Pública.....	62
2.1	Administração Pública no sentido geral.....	62
2.1.1	Poder Legislativo.....	62
2.1.2	Poder Executivo.....	63
2.1.3	Poder Judiciário.....	63
2.2	Administração Pública no sentido estrito.....	64
3	Distinção entre Administração Pública e Direito Administrativo.....	65
4	Princípios da Administração Pública.....	65
4.1	Princípio da legalidade.....	66
4.2	Princípio da impessoalidade.....	68
4.3	Princípio da moralidade.....	69
4.4	Princípio da publicidade.....	71
4.5	Princípio da eficiência.....	72
4.6	Princípio da hierarquia.....	73
4.7	Princípio da indisponibilidade.....	74
4.8	Princípio da razoabilidade.....	75
4.9	Princípio da proporcionalidade.....	77
4.10	Princípio da autotutela.....	79
4.11	Princípio da tutela ou do controle.....	80
5	Administração direta.....	80
5.1	Concentração e desconcentração.....	81
5.2	Órgãos da Administração Pública direta.....	82
5.2.1	Conceito.....	82
5.2.2	Classificação.....	82
5.3	Gestão pública.....	84

5.3.1	Noções básicas de governança corporativa	85
5.3.2	Governança pública.....	86
6	Administração indireta	88
6.1	Autarquia	89
6.1.1	Conceito.....	89
6.1.2	Classificação	90
6.1.3	Agências reguladoras.....	92
6.1.3.1	Agência Nacional de Energia Elétrica	92
6.1.3.2	Agência Nacional de Telecomunicações	94
6.1.3.3	Agência Nacional do Petróleo.....	95
6.1.3.4	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	97
6.1.3.5	Agência Nacional da Saúde Suplementar	98
6.1.3.6	Agência Nacional de Águas.....	99
6.1.3.7	Agência Nacional de Transportes Terrestres.....	100
6.1.3.8	Agência Nacional de Transportes Aquaviários.....	101
6.1.3.9	Agência Nacional do Cinema	102
6.1.3.10	Agência Nacional de Aviação Civil.....	102
6.1.3.11	Agência Nacional de Mineração (ANM) instituída pela Lei nº 13.575, de 26.12.2017	104
6.1.3.12	Limite da competência regulatória atribuída às agências	105
6.1.4	Criação das autarquias em geral	108
6.1.5	Regime jurídico de pessoal.....	108
6.1.6	Capital e patrimônio.....	113
6.1.7	Obrigatoriedade de licitar	113
6.1.8	Extinção e destinação do patrimônio.....	113
6.2	Sociedade de economia mista	114
6.2.1	Conceito.....	114
6.2.2	Criação.....	115
6.2.3	Objeto.....	117
6.2.4	Natureza jurídica	118
6.2.5	Regime jurídico do pessoal	118
6.2.6	Necessidade de concurso público para admissão de empregados.....	119
6.2.7	Necessidade de realização de licitação.....	119
6.2.8	Extinção e destino dos patrimônios	120
6.3	Empresa pública.....	120
6.3.1	Definição legal.....	120
6.3.2	Capital	121
6.3.3	Forma societária	121
6.3.4	Objeto.....	122
6.3.5	Regime jurídico do pessoal	122
6.3.6	Admissão de pessoal.....	122
6.3.7	Obrigatoriedade de licitar	123
6.3.8	Extinção e destino do patrimônio.....	123
6.3.9	Considerações finais sobre a sociedade de economia mista e a empresa pública.....	123

6.3.10	Considerações iniciais e governança corporativa nas empresas estatais	124
6.3.10.1	Considerações iniciais	124
6.3.10.2	Governança corporativa nas empresas estatais.....	125
6.4	Fundação pública.....	131
6.4.1	Considerações gerais.....	131
6.4.2	Instituída pelo Estado	132
6.4.3	Momento da aquisição da personalidade jurídica.....	133
6.4.4	Regime jurídico de pessoal.....	134
6.4.5	Alterações introduzidas pela Emenda n° 19/1998.....	134
6.4.6	Extinção e destino do patrimônio.....	137
6.5	Agências executivas.....	137

CAPÍTULO 4

AGENTES PÚBLICOS

1	Conceito.....	141
2	Classificação dos agentes públicos.....	141
2.1	Agentes políticos.....	142
2.1.1	Investidura.....	143
2.1.2	Subsídio	144
2.2	Agentes de carreiras especiais	154
2.2.1	Subsídio da categoria de agentes de carreiras especiais	155
2.3	Agentes administrativos.....	156
2.3.1	Servidores públicos estatutários.....	156
2.3.2	Empregados públicos.....	244
2.3.3	Contratados temporários.....	247
2.4	Agentes militares	248
2.5	Subsídio e remuneração: teto constitucional e questões polêmicas	249
2.5.1	Introdução.....	249
2.5.2	Remuneração e subsídio	249
2.5.3	Competência para fixar o subsídio.....	250
2.5.4	Teto remuneratório constitucional	251
2.5.5	Eficácia do teto constitucional	257
2.5.6	Acumulação de proventos com pensão.....	259
2.5.7	Acumulação de proventos com vencimento de novo cargo... ..	260
2.5.8	Subteto.....	263
2.5.9	Conclusão.....	264
3	Atribuição do órgão e vontade do agente	266

CAPÍTULO 5

PODER DE POLÍCIA

1	Síntese da evolução do poder de polícia	267
2	Outras considerações	268
3	Conceito legal.....	270
4	Fundamento.....	271
5	Polícia administrativa e polícia judiciária	272

6	Competência para exercer a polícia administrativa	274
7	Discrecionariiedade e regramento	275
8	Autoexecutoriedade	275
9	Condições de validade do ato de polícia	277
10	Modalidades de polícias por áreas de atuação.....	277
11	Modalidades de sanções	279

CAPÍTULO 6

ATO ADMINISTRATIVO

1	Fato jurídico.....	281
1.1	Conceito.....	281
1.2	Classificação	281
2	Ato jurídico	282
3	Ato administrativo e fato administrativo.....	282
4	Distinção entre ato administrativo e ato jurídico civil	283
5	Síntese conclusiva	284
6	Conceito de ato administrativo	285
7	Requisitos do ato administrativo	287
7.1	Agente competente.....	288
7.2	Objeto.....	289
7.3	Forma.....	290
7.4	Finalidade	291
7.5	Motivo	292
7.5.1	Motivação.....	293
7.5.2	Posição de alguns autores quanto à necessidade da motivação.....	294
7.5.3	Teoria dos motivos determinantes	297
7.6	Considerações conclusivas	298
8	Classificação dos atos administrativos	298
8.1	Quanto à produção de efeitos.....	298
8.2	Quanto aos destinatários do ato	299
8.3	Quanto ao alcance.....	299
8.4	Quanto à liberdade do agente.....	300
8.5	Quanto à vontade concorrente para a formação do ato.....	300
8.6	Quanto ao objeto.....	301
8.7	Quanto à formação do ato	302
8.8	Quanto à produção de efeitos válidos	302
9	Espécies de atos administrativos.....	302
9.1	Quanto à forma	303
9.2	Quanto ao conteúdo	304
10	Atributos do ato administrativo	308
10.1	Presunção de legitimidade.....	308
10.2	Imperatividade.....	308
10.3	Autoexecutoriedade	309
11	Discrecionariiedade.....	309
11.1	Considerações gerais.....	309

11.2	Limites da discricionariedade.....	311
11.2.1	Abuso de poder.....	311
11.2.2	Teoria dos motivos determinantes.....	312
11.2.3	Conceitos jurídicos indeterminados.....	312
11.2.4	Razoabilidade e proporcionalidade.....	313
11.2.5	Arbitrariedade.....	313
12	Desfazimento ou retirada de atos administrativos.....	314
12.1	Anulação.....	314
12.1.1	Motivo.....	316
12.1.2	Competência para anular.....	316
12.1.3	Efeitos do ato de anulação no tempo.....	316
12.1.4	Indenização.....	317
12.1.5	Prescrição do direito de anular.....	318
12.2	Revogação.....	320
12.2.1	Motivo.....	321
12.2.2	Competência.....	321
12.2.3	Efeito no tempo.....	321
12.2.4	Indenização.....	321
12.2.5	Limites do poder revogatório.....	321
12.3	Convalidação.....	322

CAPÍTULO 7

LICITAÇÃO

1	Conceito.....	325
2	Base jurídica.....	326
3	Considerações sobre os princípios da licitação.....	327
3.1	Princípio da publicidade.....	328
3.2	Princípio da legalidade.....	328
3.3	Princípio da impessoalidade.....	329
3.4	Princípio da moralidade.....	329
3.5	Princípio da igualdade.....	330
3.6	Princípio da eficiência.....	334
3.7	Princípio do interesse público.....	335
3.8	Princípio da probidade administrativa.....	335
3.9	Princípio do planejamento.....	336
3.10	Princípio da transparência.....	337
3.11	Princípio da vinculação ao edital.....	338
3.12	Princípio do julgamento objetivo.....	339
3.13	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	339
3.14	Princípio da segregação de funções.....	340
3.15	Princípio da motivação.....	340
3.16	Princípio da segurança jurídica.....	340
4	Entidades sujeitas à licitação.....	341
5	Necessidade de agentes públicos qualificados.....	341
6	Direito público subjetivo dos interessados.....	343

7	Dos pagamentos	343
8	Definições.....	344
9	Contratação de obras e serviços de engenharia	344
9.1	Vedações.....	346
9.1.1	Sanções	346
9.1.2	Controle popular	346
10	Programação da execução de obra ou serviço.....	348
11	Proibição de participar de licitação e de execução de obras.....	348
12	Formas de execução indireta de obras e serviços de engenharia	350
13	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual.....	351
14	Compras	351
14.1	Princípio da padronização.....	352
14.2	Sistema de registro de preços.....	354
14.3	Submeter-se às condições de aquisição e pagamentos semelhantes às do setor privado.....	359
14.4	Subdividir em parcelas, com vista a atender a peculiaridades do mercado e a fazer economia	359
15	Modalidades de licitação.....	360
15.1	Concorrência	360
15.2	Concurso	361
15.3	Leilão	361
15.4	Pregão	361
15.5	Diálogo competitivo.....	363
16	Processo licitatório.....	364
17	Critério de julgamento da concorrência	368
18	Contratação direta	368
18.1	Dispensa de licitação.....	369
18.2	Inexigibilidade de licitação.....	376
18.3	Processo de contratação direta	379
18.4	Conclusões.....	380
19	Fases da licitação	380
19.1	Fase interna, preparatória.....	381
19.2	Edital e sua divulgação.....	385
19.2.1	Preâmbulo.....	386
19.2.2	Conteúdo.....	387
19.2.3	Fecho	390
19.2.4	Outras considerações sobre o edital.....	390
19.2.5	Divulgação do edital	391
19.2.6	Impugnação do edital	391
19.3	Conteúdo do extrato do edital.....	392
19.4	Prazos mínimos para apresentação de propostas e lances	392
19.5	Contagem dos prazos	394
19.6	Fases externas da licitação.....	394
19.6.1	Apresentação das propostas	394

19.6.2	Habilitação.....	395
19.6.3	Apreciação dos documentos de habilitação e julgamento das propostas e critérios.....	404
19.6.4	Encerramento da licitação	411
19.6.5	Homologação e adjudicação	412
20	Processo de licitação das empresas estatais.....	414
20.1	Exigências de licitação e dos casos de dispensa e de inexigibilidade	414
20.2	Normas específicas para obras e serviços	414
20.3	Disposições de caráter geral sobre licitações e contratações.....	415
20.4	Normas específicas para aquisição de bens	420
20.5	Normas específicas para alienação de bens	421
20.6	Procedimento de licitação.....	421
20.7	Procedimentos auxiliares das licitações	424
20.7.1	Pré-classificação	424
20.7.2	Registros cadastrais	425
20.7.3	Sistema de registro de preços.....	425
20.7.4	Catálogo eletrônico de padronização de compras.....	426

CAPÍTULO 8

CONTRATO ADMINISTRATIVO

1	Considerações gerais.....	427
2	Noções iniciais sobre o contrato administrativo	428
2.1	Manifestação do particular na formação de contrato com a Administração	430
2.2	O contrato administrativo é <i>intuitus personae</i>	430
3	Legislação pertinente	430
4	Cláusulas fundamentais do contrato administrativo.....	430
5	Casos excepcionais de prorrogação do contrato	434
6	Regime jurídico do contrato administrativo.....	435
7	Formalização dos contratos administrativos.....	436
8	Alteração dos contratos.....	438
9	Execução dos contratos	443
10	Inexecução e rescisão dos contratos.....	446
11	Hipóteses de extinção dos contratos.....	449
12	Da nulidade do contrato e efeitos da anulação	450
13	Infrações e sanções administrativas.....	451
14	Tipos de contratos administrativos.....	454
14.1	Contratos de obras públicas.....	454
14.2	Contrato de concessão de uso de bens públicos	457
14.3	Contrato de prestação de serviço	457
14.4	Contrato de fornecimento.....	458
14.5	Contrato de gestão.....	458
14.6	Contrato de concessão de serviços públicos.....	460
15	Contratos adotados nas empresas públicas e sociedades de economia mista...	460
15.1	Formalização dos contratos.....	460
15.2	Garantia de execução de contrato	461

15.3	Prazo de duração dos contratos	461
15.4	Alteração dos contratos.....	463
15.5	Sanções administrativas relativas aos contratos	464
15.6	Fiscalização pelo Estado e pela sociedade	465
15.7	Disposições finais e transitórias	467
16	Convênio	468
16.1	Considerações gerais.....	468
16.2	Conceito.....	468
16.3	Controle.....	469
16.4	Características distintivas do convênio e contrato	469
16.5	Natureza jurídica do convênio.....	470
16.6	O disciplinamento dos convênios na Lei n° 8.666/1993 e na Lei n° 14.133/2021	471
16.7	Considerações finais.....	473
17	Consórcio público.....	473
17.1	Considerações gerais.....	473
17.2	Consórcios públicos.....	474
17.3	Constituição do consórcio	475
17.3.1	Protocolo de intenções	475
17.3.2	Contrato de consórcio público	476
17.3.3	Aquisição da personalidade jurídica	476
17.3.4	Contrato de rateio.....	477
17.3.5	Contrato de programa.....	478
17.4	Considerações críticas e finais	478

CAPÍTULO 9

SERVIÇOS PÚBLICOS

1	Considerações gerais.....	481
2	Conceito.....	482
3	Princípios do serviço público.....	483
3.1	Continuidade	483
3.2	Qualidade e eficiência	483
3.3	Modicidade	484
3.4	Igualdade	484
4	Formas de prestação de serviços públicos.....	484
5	Entidades prestadoras de serviços públicos por delegação	485
6	Concessão de serviços públicos precedidos ou não de obras públicas	485
6.1	Considerações	485
6.2	Conceitos.....	486
6.2.1	Poder concedente.....	486
6.2.2	Concessionário	486
6.2.3	Concessão de serviço público	486
6.2.4	Concessão de serviço público precedido da execução de obra pública	487
6.3	Justificativa	487
6.4	Serviço adequado.....	487
6.5	Direitos e obrigações dos usuários.....	488

6.6	Encargos do poder concedente.....	489
6.7	Encargos da concessionária.....	492
6.8	Tarifa.....	493
6.9	Licitação	495
6.10	Contrato de concessão	497
6.11	Subconcessão.....	500
6.12	Intervenção	501
6.13	Extinção da concessão.....	502
6.13.1	Advento do tempo contratual.....	502
6.13.2	Encampação.....	503
6.13.3	Caducidade.....	503
6.13.4	Rescisão do contrato.....	505
7	Prestação de serviços de energia elétrica	506
7.1	Objeto de concessão.....	507
7.2	Produtor independente de energia elétrica	507
8	Concessão de serviço de TV a cabo.....	508
9	Permissão	508
10	Autorização	510
11	Terceiro setor	511
11.1	Organizações sociais	512
11.2	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	515
11.3	Organizações não governamentais	518
11.4	Parcerias voluntárias	519
11.4.1	Termo de colaboração	519
11.4.2	Da celebração do termo de colaboração ou de fomento	520
11.4.3	Transparência e controle	520
11.4.4	Do fortalecimento da participação social e da divulgação das ações	521
11.4.5	Termos de colaboração e de fomento	521
11.4.6	Procedimento de manifestação de interesse social.....	521
11.4.7	Plano de trabalho	522
11.4.8	Chamamento público.....	522
11.4.9	Contratações realizadas pelas parceiras	523
11.4.10	Das despesas.....	524
11.4.11	Da liberação de recursos.....	524
12	Parcerias público-privadas	525
12.1	Conceito.....	525
12.2	Concessão patrocinada	526
12.3	Concessão administrativa.....	527
12.4	Considerações sobre os contratos de parceria público-privada	528
12.4.1	Regime de aportes financeiros em favor do parceiro privado....	530
12.4.2	Regime de garantias	531
12.4.3	A adoção da arbitragem	532
12.4.4	Licitação	534
13	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	534
13.1	Considerações gerais.....	535

13.2	Apontamentos sobre o RDC.....	535
13.2.1	Objetivos do RDC	536
13.2.2	Definições.....	536
13.2.3	Diretrizes.....	536
13.3	Procedimento licitatório	537
13.3.1	Apresentação das propostas ou lances	539
13.3.1.1	Modo de disputa aberto	540
13.3.1.2	Modo de disputa fechado	540
13.3.1.3	Combinação dos modos de disputa	540
13.3.2	Julgamento das propostas	540
13.3.2.1	CrITÉrios de julgamento	541
13.3.2.2	Negociação depois do julgamento	544
13.3.2.3	Procedimentos auxiliares das licitações	545
13.3.2.4	Pedido de esclarecimento, impugnação e recurso administrativo.....	551
13.3.2.5	Controle das despesas decorrentes dos contratos.....	552
13.3.2.6	Dos contratos.....	552

CAPÍTULO 10

BENS PÚBLICOS

1	Considerações gerais.....	555
2	Domínio eminente	555
2.1	No Direito brasileiro.....	556
3	Conceito	557
4	Classificação dos bens públicos quanto à destinação.....	557
5	Afetação e desafetação de bens públicos	558
6	Características jurídicas especiais em relação aos bens particulares	558
7	Repartição dos bens públicos de acordo com a Constituição da República	561
7.1	União	561
7.2	Estado-membro.....	562
7.3	Município.....	562
8	Outros bens públicos.....	562
8.1	Formas de aquisição	562
9	Considerações sobre os bens públicos tratados na Constituição.....	564
9.1	Bens hídricos	564
9.1.1	Águas públicas.....	564
9.2	Bens territoriais	565
9.2.1	Solo.....	566
9.2.2	Subsolo	568
10	Utilização de bens públicos por particulares.....	569
10.1	Bens de uso comum.....	569
10.1.1	Uso anormal de bens de uso comum.....	570
10.1.2	Uso singular de bens de uso comum	570
10.1.3	Uso singular sobre bens de uso especial	570
10.1.4	Uso privativo de bens públicos dominiais.....	571

CAPÍTULO 11

RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE E AO DOMÍNIO ECONÔMICO

1	Restrições à propriedade	575
1.1	Limitação administrativa	577
1.2	Ocupação temporária	579
1.3	Requisição administrativa.....	580
1.4	Servidão administrativa	581
1.4.1	Breves considerações sobre servidão civil	581
1.4.2	Servidão administrativa	584
1.5	Tombamento.....	595
1.5.1	Conceito.....	596
1.5.2	Bens passíveis de tombamento	597
1.5.3	Natureza jurídica do tombamento.....	598
1.5.4	Efeito do ato de tombamento.....	599
1.5.5	Fundamentos	599
1.5.6	Competência para legislar e para tomba	603
1.5.7	Espécies de tombamento	606
1.5.8	Tombamento provisório e tombamento definitivo.....	607
1.5.9	Direitos e deveres da entidade ativa do tombamento.....	608
1.5.10	Direitos e deveres do proprietário de bem tombado.....	609
1.5.11	Direitos e deveres do novo adquirente.....	610
1.5.12	Deveres e sujeições do terceiro, vizinho de prédio tombado	610
1.5.13	Desapropriação e indenização como regra de exceção.....	612
1.6	Desapropriação	621
1.6.1	Conceito	621
1.6.2	Fundamento social	622
1.6.3	Fundamento jurídico.....	623
1.6.4	Forma originária de aquisição de propriedade.....	625
1.6.5	Bens desapropriáveis	626
1.6.6	Bens não desapropriáveis pela sua natureza.....	626
1.6.7	Competências em relação à desapropriação.....	627
1.6.8	Agentes passivos na desapropriação.....	629
1.6.9	Identificação dos pressupostos da desapropriação	629
1.6.10	Destinação dos bens adquiridos por desapropriação	633
1.6.11	Breve comentário sobre desapropriação destinada a terceiros.....	634
1.6.12	Fases da desapropriação	644
1.6.13	Declaração.....	644
1.6.14	Providências administrativas seguintes à declaração	647
1.6.15	Processo judicial.....	647
1.6.16	Retrocessão	659
1.6.17	Desistência da desapropriação	662
1.6.18	Desapropriação indireta	663
2	Intervenção no domínio econômico.....	665
2.1	Polícia administrativa.....	669
2.2	Participação direta do Estado no desempenho de atividades econômicas.....	671

2.2.1	Monopólio	671
2.3	Fomento público	672

CAPÍTULO 12

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS EXTRA CONTRATUAIS

1	Evolução	675
1.1	Irresponsabilidade	675
1.2	Responsabilidade com culpa	677
1.3	Responsabilidade objetiva	678
2	A responsabilidade do Estado no Direito brasileiro	680
2.1	Generalidades	680
2.2	A responsabilidade do Estado no Direito Positivo	681
2.2.1	No Direito Constitucional	681
2.2.2	No Direito Civil	682
2.3	A responsabilidade do Estado na doutrina brasileira	684
2.4	A responsabilidade do Estado na jurisprudência brasileira por atos da Administração Pública (Poder Executivo)	684
2.5	Responsabilidade civil do Estado por ato do Legislativo	697
2.6	Responsabilidade civil do Estado por ato do Judiciário	699
2.7	Dano indenizável	700
2.8	Excludentes de responsabilidade	703
2.9	Reparação do dano e regresso	705
3	Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas em virtude de conduta ilícita contra a Administração Pública	707
3.1	Considerações introdutórias	707
3.2	O “jeitinho brasileiro” deturpado	707
3.3	Principais regras e princípios jurídicos contra a corrupção e improbidade administrativa	708
3.3.1	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito	710
3.3.2	Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário	710
3.3.3	Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública	710
3.4	Das penas	713
3.5	Considerações sobre a Lei nº 12.846/2013	715
3.5.1	Considerações gerais sobre a responsabilidade civil e administrativa	716
3.5.2	Informações introdutórias sobre a Lei nº 12.846/2013	716
3.5.3	Atos lesivos	717
3.5.4	Responsabilização administrativa	718
3.5.5	Breves considerações sobre o processo administrativo	719
3.5.6	Acordo de leniência	720
3.5.7	Responsabilização judicial	723
3.5.8	A constitucionalidade da lei examinada	725
3.5.9	Conclusão	728

CAPÍTULO 13

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1	Considerações gerais	729
2	Controle administrativo.....	730
2.1	Direito de petição	732
2.1.1	Efeitos dos recursos.....	732
2.1.2	Modalidade de recursos	733
2.1.3	Exaustão da via administrativa	736
2.1.4	Coisa julgada administrativa	736
2.2	Algumas considerações sobre o processo administrativo	736
2.2.1	Princípios do processo administrativo	737
2.2.2	Fases do processo administrativo.....	739
2.2.3	Tipos de processos administrativos.....	739
2.2.4	Processo administrativo na Administração Pública Federal	747
2.2.4.1	Princípios e critérios constantes da LPA	747
2.2.4.2	Direitos dos cidadãos em face da Administração Pública	748
2.2.4.3	Deveres do cidadão em face de processo administrativo.....	748
2.2.4.4	Início do processo administrativo	748
2.2.4.5	Quem são os interessados em relação ao processo administrativo.....	749
2.2.4.6	Impedimento e suspeição.....	749
2.2.4.7	Forma, tempo e lugar dos atos de processo.....	749
2.2.4.8	Instrução do processo administrativo	749
2.2.4.9	Decisão coordenada.....	751
2.2.4.10	Motivação dos atos administrativos	752
2.2.4.11	Extinção do processo	753
2.2.4.12	Anulação, revogação e convalidação	753
2.2.4.13	Recurso administrativo e revisão	753
2.2.4.14	Prazos do processo administrativo	755
2.2.4.15	Sanções em decorrência de processos administrativos	755
2.2.4.16	Disposições finais.....	755
3	Considerações básicas sobre a atuação do Ministério Público no controle da Administração Pública.....	756
4	Controle pelo Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas	757
4.1	Controle político	758
4.1.1	Pelo Congresso Nacional	758
4.1.2	Pela Câmara dos Deputados	759
4.1.3	Pelo Senado Federal	760
4.1.4	Pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal	761
4.1.5	Comissão parlamentar de inquérito (CPI)	761
4.2	Controles contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.....	762
4.2.1	Fiscalização das contas	762
4.2.2	Outras funções dos Tribunais de Contas	764
5	Controle pelo Judiciário.....	765
5.1	<i>Habeas corpus</i>	766
5.2	<i>Habeas data</i>	767

5.2.1	Condição para a propositura da ação	768
5.2.2	Sujeito ativo e passivo	768
5.2.3	Objeto.....	769
5.2.4	Competência para processar e julgar.....	769
5.2.5	Execução de sentença.....	769
5.3	Mandado de injunção.....	770
5.3.1	Conceito e pressupostos	770
5.3.2	Competência para processar e julgar o mandado de injunção.....	771
5.3.3	Evolução do entendimento do STF sobre o mandado de injunção	772
5.3.4	Legitimados ativos e passivos.....	775
6	Mandado de segurança.....	777
6.1	Conceito.....	777
6.2	Origem e evolução do instituto no Direito brasileiro.....	777
6.2.1	Constituição de 1934.....	777
6.2.2	Constituição de 1937.....	777
6.2.3	Constituição de 1946.....	778
6.2.4	Constituição de 1967	779
6.2.5	Constituição emendada de 1969	779
6.2.6	Constituição de 5.10.1988.....	780
6.3	Comentário ao inc. LXIX do art. 5º da Constituição da República	780
6.3.1	Direito líquido e certo	780
6.3.2	Ilegalidade ou abuso de poder	783
6.3.3	Agente público responsável pelo ato e o a ele equiparado	784
6.3.4	Objeto do mandado de segurança.....	790
6.3.5	Algumas hipóteses em que o mandado de segurança não é cabível	791
6.3.6	Registros sobre o processo da ação de mandado de segurança.....	794
6.3.7	Liminar	801
7	Ação popular.....	810
7.1	Evolução legislativa	810
7.2	Conceito.....	811
7.3	Pressupostos.....	811
7.4	Ação popular preventiva.....	813
7.5	Objeto.....	814
7.6	Legitimação ativa e passiva.....	814
7.7	Competência.....	815
7.8	Participação do Ministério Público	815
7.9	Considerações sobre o processo	816
8	Ação civil pública	818
8.1	Considerações iniciais.....	818
8.2	Pressupostos da ação.....	819
8.3	Conceito.....	821
8.4	Objeto.....	821
8.5	Legitimidade.....	821
8.6	Foro	823
8.7	Funções do Ministério Público	824

8.8	Considerações sobre o processo	825
8.9	Considerações finais.....	826
9	Anotações gerais sobre a Lei nº 13.655, de 25.4.2018	826
REFERÊNCIAS.....		831